

Na onda do real: Enunciação e verdade nas perspectivas do Jornalismo como prática, campo e objeto¹

Adham Fillipe Marin²

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Bauru)

Resumo

O discurso jornalístico se constituiu a partir de interesses ideológicos e políticos que o deixaram preso ao paradigma de espelho do real. A proposta aqui empreendida pretende radicalizar esta perspectiva apresentando características da dimensão simbólica da enunciação jornalística, que ressignifica os fatos a partir de um conjunto de signos que lhes é ofertado por outros códigos. Deslocando o critério empregado para decidir sobre a validade da informação jornalística – não mais atento à reprodução impossível dos fatos recortados da vida real, mas a uma possibilidade hermenêuticamente fértil do quanto a enunciação jornalística pode trazer aos nossos contextos sociais. Não se trata de uma reedição das noções de que o jornalismo não é uma atividade neutra, mas o aprofundamento que a enunciação jornalística exerce sobre a impressão de neutralidade que a mídia cria no imaginário social.

Palavras-chave

Jornalismo; Ideologia; Técnica; Enunciação; Narrativa;

1. Jornalismo: do contexto ao texto

É em meio a um contexto de grande efusão política, econômica e social que emerge o Jornalismo, permeado pelas ideias do Iluminismo francês e pelos princípios que levaram à queda da Bastilha, naquela mesma França, dia 14 de julho de 1789. A Revolução que daria o tom dos princípios políticos e ideológicos do mundo Ocidental ao longo de todo o século XIX é a mesma que serviu de ventre para o Jornalismo ser gerado em sua perspectiva triádica (MACHADO, 2013): como prática profissional, objeto de estudo e campo especializado do conhecimento, mesmo que até hoje ainda fortemente associado a uma prática puramente técnica (GENRO FILHO, 2012).

Hobsbawm (1977, p. 71) lança luz sobre a importância da Revolução Francesa na formação do pensamento ideológico ocidental do mundo contemporâneo.

¹ Exemplo: Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

² Bacharel em Jornalismo pela Universidade do Sagrado Coração e aluno especial do programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Bauru). adhammarin@gmail.com

A França fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) foi em grande parte a luta a favor ou contra os princípios de 1789. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França forneceu o conceito de nacionalismo, os códigos legais, o modelo da organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. Essa foi a obra da Revolução Francesa (HOBSBAWN, 1977, p. 72).

Transgressor como era transgressora aquela Revolução, que colocou em xeque os princípios do regime Absolutista Europeu, vigente ao longo de toda a Idade Moderna, o Jornalismo também nasce em parte atrelado aos elementos simbólicos da liberdade (EMERY, 1965). Desde o advento da imprensa de Gutenberg, que permitiu a divulgação massiva de informações pelo meio impresso, só o jornal conseguiu se consolidar como um veículo de informações barato e relacionado às ideias e aos negócios de grupos intelectuais e aristocráticos. Até o século XIX, as opiniões das elites revolucionárias haviam tomado conta das páginas dos jornais (SILVA, 2011).

Tanto o Jornalismo é associado à ideologia da Revolução, que muitos dos estudiosos da história da imprensa – Emery (1965), Marcondes Filho (2000) e Schudson (2010) –, consideram-no como parte importante das evoluções sociais que aquela época permitiu à sociedade europeia: a publicação barata do jornal, em oposição aos densos livros que a invenção dos tipos móveis permitiu imprimir, incentivava o analfabeto a aprender a ler e, assim, reconhecer o mundo à sua volta (Emery, p. 17). E em se tratando da evolução do jornalismo até chegar ao seu estado atual, Traquina (2005) elenca as mudanças das sociedades modernas, como alfabetização e a urbanização, como fatores determinantes para propagação do ofício jornalista, tidos como produtor de conhecimento e divulgador do saber ao longo do século XX.

À época em questão, o jornalismo que fora idealizado pelos intelectuais foi colocado em prática por estes mesmos intelectuais e com fins claramente partidários – ela, a prática jornalística, havia nascido na defesa de uma causa e com engajamento político descortinado pelas narrativas dos grupos partidários de dado contexto histórico. Barros Filho (2009) pontua que, ao momento de sua efusão, as páginas dos jornais serviam a finalidades pedagógicas e políticas e, com a organização de pequenos grupos com ideologia afim, nasciam diversos jornais onde os jornalistas eram os próprios políticos, advogados e escritores. Nesse ponto, logo após a Revolução Francesa, o jornalismo pode ser visto como um ponto de inflexão entre os interesses do foro político e sua divulgação pública. Para Sodré (1999), o espaço concedido aos homens doutos –

que se consideravam propagadores das luzes sobre as trevas –, divulgarem suas ideias era um espaço onde o jornalismo e a literatura se misturavam, dando margem para jovens escritores conseguirem alguma notoriedade, prioritariamente e, por sorte, algum dinheiro. Este espaço destinado à divulgação política nos jornais se articulava de forma a ser atração principal nos impressos, dando ao jornalista, também, um pouco da função de literato. Para Habermas (1984), pouco antes do início da profissionalização do Jornalismo – na passagem do século XVIII para o XIX, até mesmo o lucro dos primeiros conglomerados empresariais que tinham suas atividades voltadas para a produção de notícias era colocado de lado ante a busca incessante de uma narrativa circundada de intencionalidades políticas e pedagógicas.

Dessa forma se sucedeu a organização do Jornalismo no seio político da velha Europa, ganhando mudanças mais profundas na sua estrutura só no meio do século XIX, com o advento da produção em larga escala e a ascensão do capitalismo, consequências da Revolução Industrial, e a esperada influência do capital na prática outrora sem compromisso com a acumulação de riqueza.

É nessa época que as redações jornalísticas passam gradativamente a se profissionalizar e sob a influência da publicidade, a Imprensa começa a se organizar em grandes conglomerados empresariais. Com vistas ao lucro, o sonho romântico da primeira fase do jornalismo se transformou em uma grande esteira fordista de produção de notícias em larga escala.

2. Do contexto para o texto – subjetividade, polifonia e dialogismo na enunciação jornalística

Agora, a linguagem jornalística começa a ganhar novos contornos e, recebendo grande influência do Positivismo, passa a carregar consigo as características das narrativas que compunham o ideário positivista – nesta mesma época, as ciências de todas as áreas começam a ganhar credibilidade no meio social em detrimento de outras narrativas de mundo. Graças ao empirismo e às outras características guardadas na teoria Positivista e que foram gradativamente incorporadas ao texto jornalístico, como a observação, distanciamento narrativo de outros elementos que impingem no texto impressão de verdade, o Jornalismo vai, aos poucos, construindo seu ethos de portador inquestionável da verdade.

Silva (2011) pontua que a partir daí as narrativas jornalísticas passaram a buscar no empirismo o fundamento de todo o conhecimento, entendendo a significação e a verdade como um produto da realidade (mundo exterior) e vendo, na linguagem, sua tradução. A consolidação desta teoria de correspondência, que viralizou no pensamento científico anos antes, agora fora incorporada ao Jornalismo, fazendo crer que a palavra (signo linguístico) corresponde ao objeto do mundo real. A linguagem, neste contexto, passa a ser enxergada, portanto, não como um sistema referencial, mas como um espelho que refletiria o mundo.

A adoção deste pressuposto da causa e efeito pelo Jornalismo traz consigo grande carga simbólica e, segundo Bordieu (1997), neste momento os relatos jornalísticos passam a receber valor de verdade, sendo entendidos como o próprio fato da vida reproduzido em forma de linguagem, porque são entendidos como resultados da observação e percepção da realidade. A proposição jornalística sobre um fato, portanto, se for verdadeira, iguala-se a este determinado fato, comparando o signo linguístico a seu significado (SAUSSURE, 2006).

Esta adaptação da metodologia científica à prática jornalística criou no entendimento social que a notícia e a reportagem são o mundo real em texto e imagem. É a própria realidade que o leitor encontra ao abrir um jornal ou ler uma revista. Para confirmar esta ideia, diretores de empresas jornalísticas incutem um conceito de credibilidade que ao mesmo tempo traz consigo o conceito de ética; em outros termos, editores e repórteres são somente instrumentos para que a realidade chegue – tal qual ela é –, até seus leitores.

Ao ressaltar os caminhos históricos percorridos pelo jornalismo até chegar ao modelo que conhecermos – objetivo, real e imparcial –, preso à verdade dos fatos, e ver que este modelo adotado praticamente por todas as organizações jornalísticas do Ocidente durante o século XX, levantamos a questão de “por que foi tão fácil a adoção da objetividade como essência do fazer jornalístico?”.

Embora aqui tratado como um fenômeno derivado das relações naturais de comunicação, Beltrão (2006) define o Jornalismo como um conjunto de técnicas, saber e ética, mas, antes disso, o autor afirma que estas características que compõem o jornalismo tal qual o conhecemos hoje dependem de elementos políticos, sociais, antropológicos, econômicos e culturais e por isso trata-se de uma construção histórico-social.

A enunciação jornalística trata, primordialmente, de fatos recentes e que ainda não ganharam espaço na memória coletiva. O trabalho do jornalista é possibilitar que este fato ganhe espaço na aceitação social por meio de seu relato em primeira mão (RODRIGUES, 1996). A seleção dos fatos no fluxo contínuo de realidade é parte do trabalho do jornalista, que faz uma espécie de julgamento – implícito, na maior parte dos casos –, do fato da vida real que vai ou não se tornar notícia, baseado em conceitos subjetivos de relevância e interesse público. A constituição destes conceitos de relevância e interesse social está ligada a um conjunto de visões interiorizadas pelo jornalista, que as considera universalmente partilhadas. O jornalista, ao dar início à sua prática enunciativa, tem em mente que a audiência tem interesse naquilo que enuncia, fazendo o fato ganhar espaço no meio social por meio da enunciação.

Silva (2011) completa afirmando que a função primeira do jornalismo é narrar as violações do mundo institucional. Para o autor, a narrativa jornalística traz sempre, implícitos ou explícitos, todos os elementos que compõem os fatos institucionais, tais quais seus atos de fala, personagens e objetos. E dessa perspectiva pode-se entender que, ao passo que narra a transgressão das relações simbólicas de estabilidade social, também reforça seus valores e a aparente estabilidade que as sustenta. Dialeticamente, o jornalismo está sempre reproduzindo discursivamente as estruturas e formas de controle social que constitui as relações no mundo do capital.

É a partir destas perspectivas teóricas que desejamos discutir o jornalismo: da presença incessante de evidências de que seu discurso não é, em nenhuma forma ou contexto narrativo, objetivo e imparcial.

A primeira questão que deve ser discutida é a estrutura linguística da principal unidade de significação do Jornalismo, a notícia. O ponto de partida é entender a notícia e a produção jornalística não apenas como meras técnicas, ignorando o universo simbólico do trabalho de enunciação jornalística, mas como parte de toda comunicação realizada por meio da linguagem – seja ela escrita, falada, desenhada ou produzida em ambiente virtual. É por meio da enunciação que os jornalistas constroem discursos e operam no imaginário social por meio da estrutura organizada de signos chamada linguagem. Para tanto, antes de considerar a enunciação jornalística como ponto de partida desta reflexão, é necessário voltar os olhares para a própria enunciação, primeiramente discutida pelo filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin e que

posteriormente ganha força nas ideias do francês Émile Benveniste, que dedicou seus estudos à estrutura subjetiva da língua.

Bakhtin (1992) concebe a língua como produto de interações sociais e históricas e como objeto de interação social por meio das enunciações. Esta ideia foi importante para os estudos contemporâneos da comunicação, que não mais entendem a linguagem como uma transmissora de informações entre dois polos distintos, mas como ação entre contextos sociais – como a análise de discurso, a pragmática e a semiótica. Bakhtin (1992, p. 126) também atenta para ao fato da substância da linguagem não ser um sistema abstrato de signos isoladamente interpostos, mas pela produção psicofisiológica de atos de linguagem em situações de interação verbal, ou seja, a comunicação por meio da enunciação trata-se um fenômeno de interação social realizada através da enunciação. O conceito de dialogismo é trazido à tona pelo mesmo autor como princípio constituinte da linguagem e legando à participação do Outro papel importante nas situações de comunicação.

Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real pra mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo o enunciado se elabora como para ir ao encontro dessa resposta. O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário. (BAKHITIN, 1997, p. 320).

De tal forma, o interlocutor é entendido como parte constitutiva das ações de produção da linguagem e não apenas como decodificador das mensagens que lhe são enviadas. Bakhtin (1981), em seus estudos sobre o diálogo entre interlocutores, procurou mostrar que a interação verbal é a realidade fundamental da comunicação; dos estudos bakhtinianos, surgem as perspectivas ontológicas da sociologia da comunicação, que levou em conta os contextos sociais, a partir da qualificação do poder, para entender as diferenças nos enunciados.

Porém, Marcondes Filho (2008) alerta para o fato da necessidade de se aprofundar as discussões sobre comunicação calcadas nos paradigmas das Ciências Sociais. Para o autor, o modelo de comunicação vicejado pelas ciências físicas e naturais, que reduz o processo ao ato de transmitir uma mensagem, por meio de um canal e de um código, de um alguém para outro alguém, trata a comunicação baseado em modelos explicativos não humanos.

Durante muito tempo pensou-se que a comunicação era [...] que eu levaria as mensagens de um lado (emissor) para outro lado (receptor), da mesma maneira como um ônibus leva passageiros de um bairro para outra cidade.

Pensava-se que a comunicação era uma coisa, um objeto [...] Mas nós não somos pedras, fios elétricos nem líquidos. Somos seres humanos. (MARCÓNDES FILHO, 2008, p. 15).

O autor propõe um modelo ideal de comunicação fundamentado no diálogo, que define como *espaço comum* ou *palavra que atravessa*. E nesse espaço comum deve haver, necessariamente, mudança em relação às percepções que o emissor e o receptor possuíam sobre a coisa tratada. Para Marcondes Filho (2008, p. 19), só há diálogo e, portanto, comunicação, quando há novidade e estranheza – e transformação. “O novo que me muda; o conhecido apenas me reforça.”

Parte importante no entendimento do processo de comunicação na visão dos autores citados é, sem dúvida, o papel ativo do receptor da mensagem. Tanto Marcondes Filho (2008) quanto Wolton (1996), Thompson (1998) e Defleur (1993) reforçam a necessidade de superação das teorias hipodérmicas do século XX, e da compreensão dos receptores como passivos a todo tipo de informação que lhe fica disponível, para o avanço na compreensão dos processos comunicacionais. Marcondes Filho (2008) ainda reforça que, senão pelo processo de ressignificação do receptor, a emissão de mensagens fica fadada a um emaranhado de dados e informações unidirecionais e que não produziram comunicação. Completa Wolton (1996):

A comunicação é um processo muito complexo de negociação entre as ideologias e as representações do receptor, que lhe permitem filtrar o que vem do exterior. Sim, o receptor é sempre ativo, esteja ele lendo, escutando, assistindo ou usando seu computador. Sim, o receptor é o grande enigma da comunicação, um enigma cujo interesse é crescente com a globalização da informação e da comunicação. (WOLTON, 1996, p. 33).

Como defendido por Marcondes Filho (2008), grande parte destas rusgas nos estudos da comunicação nasceram do fato, já citado, do surgimento dos primeiros estudos do processo comunicacional em centros de Ciências Exatas, em que se comparava o processo comunicacional à comunicação física que acontecia entre cabos elétricos para transmitir uma quantidade de energia. Essa condição já era paradigma dos estudos em linguística há, pelo menos, 40 anos, quando Jakobson (1969) e Malberg (1969) propuseram complementações aos esquemas de comunicação desenvolvidos pela teoria da informação (modelo de Shannon), baseado em estudos dos desdobramentos físicos das tecnologias de telecomunicação, em que se reduzia os seres humanos a “caixas” e as mensagens a “setas”.

Mesmo que ainda sem usar este termo, a *alteridade* passa a integrar o processo comunicacional nos modelos lineares de comunicação que emergem nos estudos

americanos da década de 50, especialmente nas considerações de Bateson (1950) e Goffmann (1950), que cunham uma teoria da *nova* comunicação já considerando o *feedback* e a realimentação do processo. A partir destes estudos, em que a comunicação deixa de ser entendida como um processo de mão única – unilateral entre emissor e receptor -, mas como um sistema interacional e dialógico, passam a ser considerados não só mais os efeitos que o processo comunicacional produz no receptor da mensagem, mas também os efeitos que essa comunicação produz no sujeito que emite a mensagem.

Bakhtin, ao introduzir a ideia de língua como interação social, introduz de forma mais sistemática a noção de sujeito nos estudos de comunicação, deixando de lado o entendimento da língua como um sistema neutro e passando a ver a língua como um espaço de manifestações de enunciação. Isso fica mais claro nos estudos de Benveniste (1976) quando aponta a noção de reversibilidade afirmando que “O *eu*, ao dizer *eu*, instala o *tu* como destinatário, mas esse destinatário pode, por sua vez, tomar a palavra e dizer *eu*, colocando agora o outro como *tu*” (Benveniste, 1997). Para estes autores, o diálogo é condição sem a qual a comunicação humana não pode existir “toda comunicação implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p.84).

É neste trabalho de enunciação definido por Benveniste (1989) que os jornalistas realizam o trabalho de produção das notícias, atuando não como reprodutores do real, como reza toda a tradição jornalística, mas como intermediário de algo que lhe é externo. Fausto Neto (1991) entende o ato enunciativo como um lugar de fala, uma tomada de posição que instaura valor à mensagem produzida. O enunciador deixa sempre sua presença no discurso por meio de marcas. Dessa forma e com vistas ao apagamento dessas marcas, o texto jornalístico é estruturado de enunciados relatados (MAINGUENEAU, 2005), ou seja, o redator procura atribuir às pessoas presentes durante o acontecimento do fato as linhas de seu texto, com objetivo de não aparecer. O discurso jornalístico ainda traz em a necessidade de que o contexto cognitivo dos falantes e ouvintes seja suficiente para reconhecer as referências que faz. O significado vem do conhecimento sociocultural que o emissor imagina possuir o receptor, antes de se iniciar o processo de comunicação, em virtude dos dois partilharem a mesma unidade linguística.

3. Um novo olhar: das circularidades teóricas às práticas interdisciplinares no jornalismo

Dessa forma, o “valor de verdade” do texto jornalístico é buscado por meio da apreensão de técnicas discursivas, legitimando a notícia como o próprio fato da vida real e, como o processo de interação social só ganha vida nas formas protocolares de linguagem, igualmente se supõe que a realidade, veracidade e legitimidade do texto jornalístico ganham vida no texto jornalístico mediante a observância de determinados princípios técnicos, como confirmam muitos autores de manuais de técnica de redação.

Assim Bahia (2009) define a substância do texto jornalístico:

[...] a informação jornalística é a informação fiel ao que relata, precisa no que diz. Em sentido mais amplo, objetividade significa apurar corretamente, ser fidedigno, registrar as várias versões do acontecimento. É também ser criterioso, honesto e impessoal. (BAHIA, 2009, p. 23-24).

Cardoso (2011) reforça, mais uma vez, a impossibilidade de se relatar, fielmente, a realidade objetiva dos fatos:

As representações simbólicas não retratam objetivamente a realidade, mas constroem versões desta a partir de determinadas crenças, valores ou interesses. Essa construção se dá pelas escolhas que são feitas nos vários níveis do processo de produção dos textos. Os relatos jornalísticos, como toda construção simbólica, não são isentos de condicionantes, pois a utilização da linguagem é, sem dúvida, um processo estruturante na significação. (CARDOSO, 2005, p. 183).

Glasser (1998, p. 13) pontua “[...] a objetividade é apenas uma visão possível do jornalismo” e sua adoção como regra e procedimento deve ser questionada tanto por estudiosos da comunicação quanto por consumidores de produtos informativos.

Especificamente no nosso campo de estudo, o Positivismo traz a distinção entre o que pode ser considerado “fato” e “juízo de valor”; entre a o “acontecimento” e a “opinião sobre o acontecimento”. Para Barros Filho (2008, p. 14), “Essa distinção foi um divisor de águas em outras ciências humanas, como o Direito, a Sociologia, a História, a Ética e, conseqüentemente, o Jornalismo”.

Bourdieu (1994), aplicando seu conceito de “campo”, define o jornalismo como um campo – ou um espaço social –, em que são estruturados encadeamentos simbólicos que assumem sentido [entre] e são defendidos por seus membros. Entre estes conteúdos simbólicos, culturalmente sedimentados, está o valor de verdade do texto jornalístico.

É neste momento que surgem o lide e a pirâmide invertida como técnicas de redação que sintetizavam as informações tidas como “mais relevantes” no primeiro

parágrafo do texto, facilitando a redação e a edição, que acontecia mesmo sem necessidade de conhecer o texto, cortando-se os parágrafos finais. Outro mito do jornalismo com valor de verdade emerge neste mesmo momento. A imparcialidade, para os postulados do Positivismo, era garantida por técnicas utilizadas até hoje nas redações, como a ausência de qualificativos, a atribuição das informações às fontes – e sua comprovação por meio de declarações textuais colocadas entre aspas -, a presença de discursos conflitantes – com objetivo de aparentar a inexistência de enviesamento e a busca de fontes “especialistas” para garantir a legitimidade do discurso empregado.

Para Barros Filho e Bortolazzi (1996), essas características – intimamente ligadas ao contexto histórico em que surgiram –, estariam submetidas aos rígidos ditames do ideário positivista e representariam um ruptura simbólica com um ‘jornalismo do passado’: sujo e sensacionalista, atendendo, assim, a interesses específicos. É o que Silva (2011) entende como a narrativa da aparente estabilidade das instituições a partir da narrativa das rupturas, já que quando se determina o que é sensacionalista tem-se no imaginário a imposição do que representa um “jornalismo ideal”.

A partir da sistematização desta ideologia como dominante, e influenciando fortemente não só a práxis, mas também os estudos empreendidos no campo do jornalismo, a defesa da verdade como procedimento necessário ao seu exercício passou a integrar manuais de redação e de introdução ao jornalismo, nos estudos e nos códigos de ética. Os estudantes começaram a aprender como deveriam atuar como jornalistas, dando atenção à concomitância com a realidade e fugindo dos “deslizes de subjetividade”. A enunciação jornalística, em sua condição de “apenas informar”, traz consigo uma bagagem de referências que nas ciências linguísticas recebe o nome de dêixis (SILVA, 2001), categorizados por pessoa, lugar, tempo, discurso e dêixis social. Há extrema importância no elemento dêitico de pessoa dentro do discurso jornalístico, porque o repórter tenta encobrir sua participação na construção ativa da realidade por meio da impessoalidade atribuída ao texto jornalístico e, assim, o leitor do texto é colocado como um segundo elemento dêitico de compreensão textual.

A partir destas posições defendidas por Silva (2011), podemos constatar que o discurso jornalístico é, nada mais, que a construção discursiva de diversas visões de mundo captadas, organizadas e apresentadas de maneira textual. São enunciados informativos que levam em conta relatos de como o fato ocorreu, declarações de

protagonistas, circunstâncias e desdobramentos. Para Silva (2011), nós construímos formas de perceber o mundo e essa percepção e descrição que fazemos do próprio mundo são frutos de categorizações que elaboramos constantemente acerca dos objetos que nos circundam. A consequência é que, ao partilhar uma linguagem, partilha-se também uma visão de mundo. Em linhas gerais, esta imagem não será necessariamente verdadeira. Para Davidson (1990, p. 110), “a nossa comunicação vem a ser o resultado dessa partilha que efetuamos esta imagem de mundo”.

A deontologia da objetividade é ampla; outorga o respeito à verdade, a expectativa do receptor e a imparcialidade, tornando a descrição do fato com a presença de valores inaceitável. O que ainda fica evidente é como as obras que visam orientar estudantes de jornalismo – adotadas como bibliografia básica em diversos cursos e diversas universidades brasileiras -, ainda trazem uma visão equivocada (e fortemente influenciada pelo senso comum) dos conceitos necessários para o entendimento do jornalismo. Essa discrepância teórica – que se afasta de um dos pressupostos básicos de todo desenvolvimento científico – a interdisciplinaridade -, fica expressa em Erbolato (1979), amplamente adotado nas turmas de técnica de redação jornalística.

É preciso, ainda, evitar que o texto seja influenciado pelo repórter, que poderá distorcê-lo, com a sua apreciação pessoal e apaixonada. É difícil escrever com imparcialidade, porque o jornalista, ao narrar um acontecimento, pode encará-lo do ponto de vista favorável aos seus interesses e sujeito às suas emoções momentâneas. (ERBOLATO, 1979, p. 90 e 91).

O próprio autor orienta a descrever no texto jornalístico pormenores que ele mesmo considera “distantes da objetividade” em “apenas conserva sua pureza objetiva quando se refere a fatos inquestionáveis, como o estado do tempo e os horários do relógio” (ERBOLATO, 1979, p. 91).

Para Genro Filho (2012, p. 193), as reflexões científicas que versam sobre o aspecto conceitual da objetividade não costumam tocar o cerne da questão. O autor afirma ainda que os estudos se resumem aos aspectos sociológicos e psicológicos que garantem a impossibilidade de uma construção textual desprovida totalmente de opinião. Para ele, este caminho metodológico traçado pelos estudiosos de comunicação deixa aberta uma lacuna que permite, a partir destas mesmas perspectivas críticas, buscar maior objetividade ou imparcialidade – até onde for possível -, dos textos, sem tocar no aspecto ontológico e epistemológico do problema. Os principais autores que trazem na sua obra sobre jornalismo a impossibilidade de uma mediação comunicacional objetiva e imparcial deixam esta lacuna aberta para sua existência como

uma possibilidade metafísica necessária para nortear o exercício do jornalismo. É o caso de Marcondes Filho (*apud* Genro Filho, 2012, p. 194), em sua tese de Livre Docência, quando diz que “[...] a busca de uma objetividade possível (enquanto meta) só pode ser possível com a busca da informação que evita a denúncia de sofismas”.

Barros Filho (2008), em seu livro *Ética na Comunicação*, define este conceito da objetividade como “objetividade ideal-típica”, evidenciando seu caráter subjetivo a partir das acepções de seus defensores. Para o autor, essa ótica da objetividade como utopia trata-se de uma visão idealista que visa retirar as contribuições interdisciplinares, criando um caução deontológico que impede a objetividade informativa de desaparecer dos estudos em comunicação por falta de objeto.

As críticas ao conceito de objetividade variam e vão de acordo com a linha de formação de seus autores. Enquanto jornalistas relatam obstáculos em relação ao fato, à fonte ou ao produto, filósofos, antropólogos e linguistas indicam problemas intransponíveis em relação à linguagem, aos signos e aos processos de codificação.

Mesmo que desprovidas de seu caráter heroico, de portador inquestionável da verdade, as técnicas jornalísticas só levaram a reafirmar o pensamento errôneo de que o texto jornalístico não possui um autor, mito embora se saiba que é impossível a total imparcialidade, já que o texto tem por trás um jornalista, cujas visões de mundo, ideologias, preconceitos levam a escolhas semânticas que inconscientemente influenciam na composição do texto. Genro Filho (2012) vai mais ou menos ao encontro de Silva (2011) quando o segundo autor afirma que o jornalismo existe para narrar as rupturas institucionais, ao passo que reafirma sua aparente estabilidade. Para Genro Filho,

Não há dúvida que a chamada “objetividade jornalística” esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica em uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia e concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Ambos os autores concordam sobre a apreensão do senso comum presente nas teses que aventam a hipótese da objetividade, além da forte marca Positivista – acolhida pelas narrativas jornalísticas durante sua passagem pelo século XIX -, a ênfase se dá na significação meramente funcionalista do universo social vivido pelos que entendem a

objetividade como uma obrigação jornalística: suas reflexões estão calcadas em sua experiência cotidiana e individual.

O ponto que chegamos é que o senso comum divaga sobre a cobertura jornalística a partir da apreensão de que a cobertura dos acontecimentos é composta por fatos observáveis e verídicos. Entretanto, é praxe que o repórter relate a partir de outros relatos. O jornalismo é, portanto, a linguagem intermediadora (e seus desdobramentos éticos e estéticos) entre o fato, a versão testemunhal e documental e, finalmente, a redação do repórter. É neste percurso que a participação do repórter como um construtor da realidade se torna claro.

A notícia alimenta-se do fato. Porém Steinberg (1972) sintetiza em poucas palavras o que nos esforçamos em fazer nas páginas que você já leu. Para o autor, “o fato não é o mesmo para todas as pessoas” (STEINBERG, 1972, p. 50).

Com a concepção amplamente arraigada de que cada nome corresponde a um objeto – segundo a teoria da realidade de Santo Agostinho -, o leitor acredita que o proposto pelo texto jornalístico corresponde à realidade. Aí está a fascinação pelo jornalismo, segundo (Silva, 2011): “O leitor acredita que está em contato com a verdadeira realidade”.

Com a ascensão de técnicas como o lide e a pirâmide invertida para o jornalismo impresso, essa crença se consolidou e tornou-se mais evidente. Os principais elementos constitutivos do texto jornalístico são, portanto, o “que” e o “quem” em uma narrativa categorizada pela técnica. O fato narrado deve, portanto, deixar claro quem pratica e o que pratica, na voz ativa e no tempo pretérito. É praxe que, nas mais diversas estruturas estilísticas que o texto jornalístico possa apresentar, o primeiro parágrafo fica reservado a apresentar o que foi considerado como o fato mais relevante entre tantos outros pormenores relacionados ao fato – outros dados ainda são adicionados para que a referência com o mundo real torne-se inteligível para o receptor, dando um acabamento contextual. Elementos circunstanciais são adicionados (como o local e hora/data) dentro das dimensões consideradas indispensáveis à categorização da notícia – a proximidade e a atualidade.

Barthes (1976) define a narrativa como “uma representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos por meio da linguagem e, mais especificamente, por meio da linguagem escrita”.

É disto que falamos ao longo deste texto: de representação.

Representação do mundo; representação da objetividade; representação da realidade.

Nesse sentido, a prática jornalística se distancia do conceito ora atribuído de espelho do real. Os conceitos de polifonia e dialogismo ajudam a compreender a infinidade de discursos que se entrelaçam em meio ao discurso jornalístico, distanciando-o da simples atividade instrumental de acionamento de técnicas e sendo entendido como uma unidade discursiva própria, com conceitos que devem ser alijados da ideia de mera reprodução de um fato acontecido.

Distante de rejeitar a verdade como um ideal regulatório, as implicações tratadas neste texto incidem em ampliar os horizontes sobre a enunciação jornalística e, por consequência, sobre toda representação, de forma a trazer consigo todos os desdobramentos de cunho ético, estético, ideológico e político, alguns advindos da própria busca pela verdade dos fatos. Dessa forma, a qualidade dispensada à enunciação jornalística não pode ter como crivo sua relação com conceitos ultrapassados como a objetividade, imparcialidade, observância a dois lados da história – uma vez que, entre esses dois extremos, uma gradação infinita de outros discursos dão sentido ao fato –, mas a que objetivos servem as enunciações produzidas a partir dos relatos obtidos e das novas possibilidades trazidas à tona.

Os entendimentos acumulados até agora justificam o valor de verdade como um recurso ideológico de estabilização do jornalismo como reproduzidor da realidade. O leitor (ou interlocutor) acredita que tem, no relato jornalístico, o próprio fato da vida real o que não tem amparo nas considerações teóricas acerca dos usos da enunciação linguística, que é, de fato, um produto de interações sociais, históricas e ideológicas. E a validade da enunciação jornalística deve ser recomposta de forma a nos fazer pensar sobre a história que narra, a importância destes fatos à memória coletiva e os horizontes que eles descortinam diante de nossos contextos sociais. Não se pode exigir mais do que isso a uma enunciação.

4. Referências bibliográficas

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**: As técnicas do Jornalismo. Volume 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 5ª ed., 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Le principe dialogique**. Paris: Seuil, 1981.

BARROS FILHO, Clóvis; BARTOLOZZI, Pedro Lozano. **Ética na comunicação**: Da informação ao receptor. São Paulo, Moderna: 1995.

-
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: Edições Omnia, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador**: Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: *Magia e técnica: a arte da política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Nacional/EdUSP, 1976.
- BORDIEU, Pierre.. **A Influência do Jornalismo**; Posfácio In: *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história Social de Mídia – De Gutemberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva/EdUSP, 1974.
- FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística – Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Por uma teoria marxista no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2011
- GLASSER, T. L. **Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue**. New York: Columbia University Press, 1998.
- GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interacción**. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1967.
- HABERMAS, Jurgên. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos em comunicação**. Campinas: Pontes/Editora Unicamp, 2005.
- MALBERG, Bertil. **Linguística Estructuraly e Comunicación Humana**. Madri: Gredos, 1969.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O escavador de silêncios**: formas de construir e de desconstruir sentidos na comunicação. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. **Comunicação e jornalismo**. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimdo a Notícia**: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Vozes: Rio de Janeiro, 2010.
- SILVA, Marconi Oliveira. **Era tudo mentira – A verdade Jornalística**. São Paulo: Intermeios, 2011.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- STEINBERG, Charles S. (org.). **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna – Teoria Social Crítica nas Era dos Meios de Comunicação de Massa**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- WOLTON, Dominique. **É precisa salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.